



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/02/2016

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. DECISÕES.....	1 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	4 - 6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DECISÕES.....	7
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DESEMBARGADOR.....	8
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. COMARCAS.....	9
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. JUÍZES.....	10

ACIDENTE DE BACURI

FAMILIARES DAS VÍTIMAS AINDA CLAMAM POR JUSTIÇA



Os pais das vítimas reclamam da morosidade da Justiça e a maior revolta é porque o processo judicial parou na comarca. “Eu não vou parar de lutar. Vou andar de cabeça erguida. As ameaças contra mim, não me dão medo. Eu quero Justiça”, disse Edivaldina Pereira Ramos mãe de uma das vítimas. - Páginas 6 e 7

Famílias das vítimas do acidente de Bacuri ainda clamam por justiça



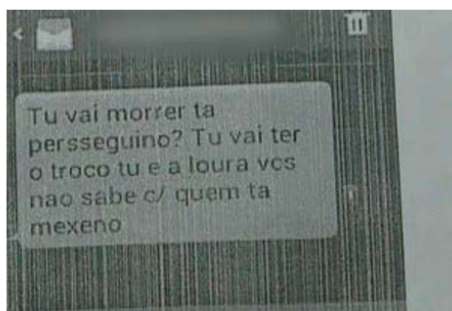
Os pais das vítimas reclamam da morosidade da Justiça e a maior revolta é porque o processo judicial parou na comarca

Famíliares dos jovens estudantes que morreram em acidente na MA-303, entre as cidades de Bacuri e Apicum-Açu, no litoral maranhense, em 2014, ainda clamam e apelam por justiça. Segundo denúncia feita à Organização dos Advogados do Brasil (OAB), as famílias das vítimas ainda estão sendo ameaçadas de morte.

Cerca de 20 estudantes da escola Cristino Pimenta estavam na caminhonete 'pau-de-arara', quando o veículo caiu

em uma ribanceira, após colidir com um caminhão. Depois de quase dois anos das mortes das crianças, as famílias das vítimas ainda lutam por Justiça.

Os pais das vítimas reclamam da morosidade da Justiça e a maior revolta é porque o processo judicial parou na comarca. "Eu não vou parar de lutar. Vou andar de cabeça erguida. As ameaças contra mim, não me dão medo. Eu quero Justiça", disse Edvaldina Pereira Ramos mãe de uma das vítimas.



Ameaças foram relatadas a comissão de Direitos Humanos da OAB (Foto: Reprodução/TV Mirante)

jovens que morreram no acidente, é ver os envolvidos indicados, julgados e punidos pela Justiça. "São várias as irregularidades. A gente não pode passar por cima disso e fingir que nada aconteceu e ficar de braços cruzados. Não pude nem me despedir dela (filha), olhar para o rosto dela porque ficou dilacerado. As vezes quando penso nela lembro do rostinho, mas da outra não consigo. Estou sofrendo muito e não posso ver essas coisas e ficar calado", afirmou.

Tragédia anunciada

Há três anos, um relatório da Controladoria Geral da União (CGU) já apontava as condições precárias do transporte escolar na cidade. Segundo a CGU, em 2012, quatro automóveis contratados pela prefeitura para fazer o transporte escolar, estavam em condições insalubres e impróprias para o uso de alunos. Estes veículos eram

fabricados somente para o transporte de cargas, não de passageiros.

Dados do Portal da Transparência, do Governo Federal, mostram que, de 2011 a 2013, o Ministério da Educação repassou R\$ 315.525,59 diretamente para o município de Bacuri. Os recursos deveriam ser destinados exclusivamente para o apoio ao transporte escolar.

Investigações

A linha de investigação atua em duas vertentes: criminal (causa das condições desses veículos, o estado de embriaguez alcoólica do motorista que teria mandado o filho menor de idade dirigir o "pau-de-arara" envolvido no acidente e as mortes dos adolescentes) e administrativa, pois segundo o Ministério Público, houve fraude nas licitações feitas pelo município para contratar os carros usados para transportar estudantes.

RELATÓRIO CGU classificou transporte de Bacuri como 'impróprio'



CGU diz que veículos foram fabricados para transportar cargas

Um relatório da Controladoria Geral da União (CGU), em 2012, já apontava as condições precárias do transporte escolar na cidade de Bacuri, a 520 km de São Luís. Segundo a CGU quatro automóveis contratados pela prefeitura para fazer o transporte escolar, estavam em condições insalubres e impróprias para o uso de alunos. Estes veículos eram fabricados somente

para o transporte de cargas, não de passageiros.

Dados do Portal da Transparência, do Governo Federal, mostram que, de 2011 a 2013, o Ministério da Educação repassou R\$ 315.525,59 diretamente para o município de Bacuri. Os recursos deveriam ser destinados exclusivamente para o apoio ao transporte escolar.

Veja, abaixo, os valores, repassados anualmente à Prefeitura

BACURI - 2011
Projeto Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - 35.443,78
Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - 196.020,00
BACURI - 2012
Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - 52.743,73
BACURI - 2013
Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - 31.318,08
Total: R\$ 315.525,59



Prefeito de Bacuri, José Balduino não quis comentar as denúncias. Ele responde por morte de estudantes e irregularidade no transporte escolar.



Presidente da comissão de direitos humanos, Antônio Pedrosa

Pais de adolescentes mortos procuraram a comissão de direitos humanos da OAB para pedir ajuda e proteção. O presidente da comissão de direitos humanos, Antônio Pedrosa, disse que está acompanhando e vai cobrar providências imediatas.

"Nós queremos saber que tipo de providências estão sendo tomadas para responsabilizar estas pes-

soas que tiveram, de alguma forma, participação ou omissão naquele episódio trágico. Para nós é importante mobilizar as instituições locais para alcançar uma satisfação mínima para esses familiares a nível de Justiça", afirmou, presidente da comissão de direitos humanos da OAB.

O desejo de Silvia Núbia Costa, mãe de duas

Continuação

Quase dois anos depois da tragédia de Bacuri, a palavra é uma só: Justiça



Ana Cristina Vieira Borges, mãe da adolescente Ana Raquel. Foto: (Liliane Cutrim/Imirante.com)

A mãe, desolada, afirma que “só o que resta agora é pedir por Justiça. Nada vai trazer minha filha de volta, mas não pode ficar impune. Todos têm culpa, principalmente os administradores. Não acredito que eles não sabiam que essas crianças andavam em uma D20, que é pra transportar animais. É revoltante”, desabafou Ana Cristina.



Geiciane Silva Mafra, tia de Jeferson Breno Costa da Silva. (Foto: Liliane Cutrim/Imirante.com)

Breno sonhava em entrar no Exército. “Um menino sempre muito responsável. Morava comigo e com os meus pais, era ele quem tomava conta do avô idoso. Me lembro que ele estava tão feliz em poder fazer o ensino médio, para depois entrar no Exército. Esperamos que haja Justiça”, afirmou Geiciane Silva.



Laurenilson Farias, pai de Samyly e Emyly. (Foto: Liliane Cutrim/Imirante.com)

“Dói muito perder duas filhas de uma vez só, isso agente não esquece. O que me resta agora é pedir Justiça, e que as coisas sejam feitas da maneira correta”.



Maria Edileusa Rocha, mãe de Carlos Vinícius Rocha Almeida. (Foto: Liliane Cutrim/Imirante.com)

Dona Edileusa Rocha, mãe de Carlos Vinícius Rocha Almeida, 15 anos. “Justiça é o que eu quero. Sei que meu filho nunca vai voltar, mas não podemos deixar ficar por isso mesmo”, afirma a mãe de Carlos Vinícius.

Maria Edileusa lembra com tristeza, os sonhos que o filho deixou para trás. “Ele era cheio de sonhos. Estava estudando teclado e tocava na igreja católica. Meu filho sempre estava na escola bíblica e se preparava para fazer a Crisma. Eu tinha muito orgulho dele”, destacou a mãe.



Nazilson Oliveira Costa, pai de Nayara Pereira Costa. (Foto: Liliane Cutrim/Imirante.com)

Nazilson Oliveira Costa, pai de Nayara Pereira Costa, 14 anos. “Minha filha era muito alegre, estudiosa só tinha notas boas. O

sonho dela era ser empresária, e sempre me dizia: ‘Vou terminar meus estudos para poder trabalhar e ser empresária’. O que resta agora é só a lembrança”, afirmou o pai em luto. Nazilson ressaltou que não se pode cruzar os braços diante dessa tragédia. “Foi muita imprudência, irresponsabilidade. Não tem dinheiro que traga de volta os nossos filhos, mas esperamos que os responsáveis sejam punidos. Temos que fazer alguma coisa para que isso nunca mais aconteça”, enfatizou.



Aucileia Rabelo, mãe de Audaleia Rabelo Gomes. (Foto: Liliane Cutrim/Imirante.com)

“Minha filha era tão obediente, calma. Só deixou boas lembranças”, lembra a mãe da adolescente Audaleia Rabelo. De acordo com Aucileia, a filha costumava dizer que depois que terminasse o ensino médio queria ir para São Luís fazer curso e trabalhar.

“Quero que seja feita a Justiça, principalmente para os administradores que não deram boas condições de transporte, e me deixou sem minha filha”, afirmou a mãe comovida.



Francinaldo Sousa Almeida, 15 anos. Um dos sobreviventes da tragédia. (Foto: Liliane Cutrim/Imirante.com)

“É triste porque perdi meus amigos, a gente sempre ia junto pra escola. Eu vi alguns dele morrer sem poder fazer nada. Mas agora só resta seguir em frente, não sei como vou fazer isso ainda. Só sei que sou grato a Deus por estar vivo”, declarou Francinaldo.

*Informações do Do G1 MA, TV Mirante, Jornal CN e editado pelo Jornal Correio de Notícias.

Caso Ribamar Alves

Defesa pede ao STF nova perícia em jovem

POLÍCIA 6

Defesa de Ribamar Alves pede ao STF nova perícia em jovem

Pedido tem como base, segundo advogado do gestor municipal, a contestação técnica do laudo pericial, divulgado no dia 29 de janeiro deste ano; novo pedido de habeas corpus em favor do prefeito foi protocolado no Supremo Tribunal Federal

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

A defesa do prefeito de Santa Inês, José de Ribamar Costa Alves, constituída pelos advogados Carlos Roberto Feitosa Costa, Luiz Freitas Pires de Saboia e Valter Ferreira Xavier Filho, requereu a realização de nova perícia na jovem de 18 anos, que teria sido estuprada pelo gestor municipal, no mês passado. O pedido, segundo os advogados do prefeito, tem como base a contestação técnica do laudo pericial, divulgado no dia 29 do mês passado e assinado pela médica legista Márcia Sandra Moraes.

De acordo com o advogado Luiz Freitas Pires de Saboia, dois pontos específicos do laudo não estão de acordo com a visão da defesa. Um deles é o que causou a rasgadura na peça íntima da vítima. Segundo a defesa, será defendida a tese de que o dano à roupa teria sido causada por defeito de fábrica. O outro ponto questionado é o fato de a vítima apresentar "secreção no introito vaginal", conforme especificado no laudo pericial. Segundo a defesa, a secreção citada poderia ser causada por uma doença sexual-



Após ser preso em Santa Inês por estupro, Ribamar Alves foi transferido de helicóptero para São Luís

mente transmissível já existente antes do ato.

Ainda segundo o advogado de Ribamar Alves, com estes dois questionamentos, foi possível o pedido de nova perícia. "O requerimento ainda está sendo analisado. Com a entrada do Ministério Pú-

blico no processo, que utilizou o argumento de violência real cometida por meu cliente, não restou dúvida em questionar pontos que ainda vemos como pendentes no processo", explicou. Ele confirmou ainda a O Estado que, além do pedido de nova perícia, a defesa

impetrou às 21h30 (horário de Brasília) de sexta-feira, 12, um novo pedido de habeas corpus em favor de Ribamar Alves, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Luiz Saboia, a impetração do remédio jurídico junto à instância máxima da Justiça bra-

SAIBA MAIS

Derrotas sucessivas na Justiça local

Desde a prisão do prefeito de Santa Inês, Ribamar Alves, a defesa obteve na Justiça estadual sucessivas derrotas. Entre os remédios jurídicos usados pelo grupo que cuida da elaboração dos contrargumentos das acusações, estiveram habeas corpus, medidas cautelares e agravo regimental. No dia 6 deste mês, durante o plantão judiciário do Carnaval, foi rejeitado um habeas corpus pelo relator plantonista, desembargador José de Ribamar Castro. De acordo com o magistrado, a decisão que rejeitou o pedido de liberdade teve como base "a própria confissão do paciente, de ter praticado ato sexual, ainda que afirme consentimento", além do "depoimento da vítima" que, segundo o desembargador, "se

insurge espontaneamente após consumação do ato sexual". No dia 8, novo pedido da defesa do gestor, desta vez uma medida cautelar, requerendo revogação da prisão junto à Procuradoria Geral de Justiça. O pedido foi protocolado pelos advogados Carlos Roberto Feitosa Costa, Luiz Freitas Pires de Saboia e Valter Ferreira Xavier Filho. Ainda no plantão do Carnaval, o desembargador Raimundo Melo não considerou "urgentes" outros dois pedidos de habeas corpus e uma cautelar impetrados pela defesa. No dia 11 deste mês, a defesa de Ribamar Alves impetrou um pedido de Agravo Regimental que, de acordo com a defesa do gestor, serviria para revisar uma das decisões de indeferimento do habeas corpus.

sileira foi necessária, tendo em vista "ato comissivo e omissivo" do apreciador do mérito, que ainda tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Marcelo Ribeiro Dantas. "Dada a omissão

do ministro, neste caso, não tivemos outra alternativa se não entrar com novo pedido de liberdade, já que a defesa entende que não há motivo para a prisão do gestor", confirmou. ●

Acusado de homicídio vai a júri em Riachão

O juiz Mazurckievicz Saraiva, titular da Comarca de Carolina e respondendo pela de Riachão, presidirá amanhã uma sessão do Tribunal do Júri em Riachão. No banco dos réus, Domingos Neto Correia. Ele é acusado de crime de homicídio contra Francisco Júnior de Arruda. O crime ocorreu após uma discussão por um pen drive.

• Júri popular

Acusado de homicídio contra Francisco Júnior de Arruda, Domingo Neto Correia sentará no "banco dos réus" em sessão do Tribunal do Júri Popular nesta segunda-feira (15), na comarca de Riachão. Pelos autos do processo, o crime se deu após uma discussão entre acusado e vítima por causa de um pen drive. A sessão do júri será presidida pelo juiz Mazurckievicz Saraiva, titular de Carolina e respondendo por Riachão. Nos autos consta que no dia 31 de abril de 2014, Domingos Neto Correia da Costa, agindo com a manifesta intenção homicida, utilizando-se de uma faca, causou na vítima, também, conhecida como "Gasolina" às lesões descritas no laudo de exame cadavérico, as quais deram causa à morte da vítima.

• O crime

Consta, ainda, que no dia do crime, 31 de abril de 2014, o denunciado e a vítima começaram a ingerir bebida alcoólica juntos na casa do acusado e que ambos estavam sozinhos na residência. Durante a bebedeira, a vítima acusou o denunciado de ter lhe subtraído um pen drive que desapareceu repentinamente, momento em que Francisco deu um tapa em Domingos por causa do sumiço do referido objeto. O documento ressalta, ainda, que em ato contínuo, eles acabaram se entendendo e continuaram na residência do denunciado ingerindo bebida alcoólica. Era aproximadamente 20h, do mesmo dia, quando o denunciado pegou uma faca de cozinha e saiu com a arma branca no sentido do estabelecimento conhecido por "Clube Chapéu de Palha", situado no bairro Juá, localidade de Riachão. Lá, ele encontrou Francisco Júnior e começaram a discutir e o desfecho foi o assassinato.

Os desafios das eleições de 2016



LOURIVAL
SEREJO
DESEMBARGADOR

Depois de muitas discussões, acordos e desacordos, a pretendida Reforma Política produziu, como paliativo, a Lei nº 13.165, de 29/9/2015, no estertor do prazo de anualidade – condição necessária para vigorar nestas eleições.

O veto presidencial ainda retirou da referida lei alguns dispositivos agregados pela pressa legislativa: o voto impresso e o financiamento de

campanha por empresas.

Essa chamada Lei da Reforma Eleitoral 2015 é a sétima lei expedida, após a Lei das Eleições (Lei 9.504/1997), que veio com o propósito de acabar com as leis eleitorais que surpreendiam a cada eleição, geralmente com tópicos direcionados aos interesses do governo. O fato de essas leis serem publicadas no mês de setembro não é coincidência: é que sempre saem às vésperas do término do prazo permitido.

O certo é que estamos às portas de uma eleição importante, com regras novas e desafios aos quais os partidos e os candidatos devem se adaptar, se não quiserem ter problemas futuros.

Em meu discurso de posse, na presidência do Tribunal Regional Eleitoral, enfatizei que essas eleições que se aproximam irão traçar a nova geografia político-partidária do Maranhão, provando ou desfazendo lideranças e, num lance profético, servirão para a avaliação do futuro político do Estado.

Para que seus esforços não tropecem nas malhas das leis que tecem o processo eleitoral, é preciso que os candidatos atentem para os pontos principais da reforma eleitoral, principalmente na parte referente à propaganda, que passou a reclamar dos candidatos mais criatividade e modernização no uso dos meios de comunicação, cujo

tempo não deverá ser desperdiçado com insultos e coisas irrelevantes

Destaco, com especial atenção, a preocupação do legislador da Reforma Eleitoral 2015 com a participação da mulher na vida política, tendo em vista que o Brasil ocupa os três últimos lugares, na América Latina, quanto a essa particularidade. Para tanto, alterou-se a lei dos Partidos Políticos a fim de obrigá-los a utilizar o mínimo de 5% nos programas de promoção e difusão da participação política da mulher, proibindo-os de utilizar tal verba em outra atividade, sob pena de acréscimo de 12,5% do valor original.

Evidentemente, a internet será cada vez mais utilizada, despertando sucessivas reclamações. O

"O certo é que estamos às portas de uma eleição importante, com regras novas e desafios aos quais os partidos e os candidatos devem se adaptar"

Tribunal Superior Eleitoral já regulamentou, por resolução, o uso da internet, mantendo as regras da eleição anterior, assegurando a veiculação de propaganda eleitoral, nas plataformas disponíveis, desde que seja gratuita, por candidatos e partidos, as quais devem ter seus endereços cadastrados para efeitos de fiscalização. A manifestação de sítios identificados é passível de limitação, em caso de ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos inverídicos.

Sabemos que a veiculação maior, nessa área de mídias sociais, será o uso do *whatsapp*, já testado nas eleições de 2014. Como bem disse a doutora da FGV/Rio, Marília Maciel, o *whatsapp* é a nova

vedete das campanhas eleitorais. As mensagens por essa ferramenta são invasivas e céleres, geralmente com conteúdo eivado de humor, muitas inteligentemente montadas.

Ainda, pela avaliação das últimas eleições, teremos efeitos positivos e negativos no uso das ferramentas de comunicação mais utilizadas, ou seja: *bots, twitter, facebook, youtube, instagram, SMS e hashtag*.

Estamos na era da comunicação, em ritmo contínuo de aperfeiçoamento, a desafiar a inteligência e a logística de qualquer eleição. A postura da Justiça Eleitoral deve ser de equilíbrio diante dessas inovações. Afinal, em se tratando de propaganda eleitoral na mídia social, e na imprensa em geral, é conveniente lembrar a assertiva do ministro Ayres Britto: "Processo eleitoral não é estado de sítio".

Por fim, os gastos das campanhas, cujos limites foram fixados pelo TSE, têm suscitado a indignação que frequentemente me fazem: esses valores reduzidos não ensinarão a prática do chamado caixa dois? É possível fazer uma campanha para prefeito – mesmo em um município pequeno – com apenas duzentos mil reais? Essas especulações não devem arrefecer, entretanto, a atuação da Justiça Eleitoral, pois nosso compromisso é realizar as eleições e cumprir o que determina a lei.

A Justiça Eleitoral fará o seu papel. Agora, com esse respaldo legal objetivo, estará empenhada em reprimir os abusos que afetem o equilíbrio de oportunidades entre os candidatos. E a lei foi feita pelos representantes do povo.

Comungo com a prática brasileira de eleições de dois em dois anos. É o meio mais sadio de manter nossa democracia atuante e concede aos eleitores a oportunidade de julgar os homens públicos desta nação tão espoliada por agentes corruptos.

O voto é a expressão maior de cidadania. Vamos votar com a consciência de que estamos tentando mudar os rumos da nossa República.

Homem com mandado de prisão em aberto é preso no Jardim Planalto



Charles Almeida de Sousa encontra-se à disposição da Justiça

Policiais militares do 3º BPM prenderam, na manhã desse sábado (13), Charles de Almeida Sousa, 22 anos, morador da Rua do Cravo, Jardim Planalto II, área periférica de Imperatriz.

Segundo o que foi informado pelos militares, ao realizarem uma abordagem de rotina e checar os documentos de Charles de Almeida Sousa, foi constatado que ele tinha um mandado de prisão em aberto pela Comarca de Itinga do Maranhão, onde é acusado de associação criminosa, crime tipificado no artigo 288 do Código Penal. O mandado de prisão tem o número 24124, originado do processo 1064-53.2013.8.10.0093.

Charles foi ouvido pelo delegado Francisco Alves Pereira, em seguida foi levado para o Instituto Médico Legal (IML) para realizar exames de corpo de delito, que é uma praxe antes de o acusado ser levado da Delegacia Regional para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI) ou Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis (UPRD).

Charles contou que estava em lugar errado na hora errada e por isso foi preso e processado e que não sabia sobre o mandado de prisão em seu desfavor.

Caxias

GGI apresenta programa de tornozeleiras eletrônicas

Em reunião realizada no gabinete da Prefeitura de Caxias, na sexta-feira (12), o Grupo de Gestão Integrada (GGI) apresentou a ação que está implantando tornozeleiras eletrônicas em presos de regime aberto e semiaberto em Caxias. “Nessa reunião firmamos, com o apoio dos órgãos de segurança pública, importantes parcerias para ajudar os poderes Judiciário e Executivo estadual na aplicação da Lei de Execuções Penais”, disse o secretário de Segurança Pública, Silvínio Rocha. O objetivo é que haja um monitoramento para identificar se os presos realmente estão trabalhando, assim como o recolhimento no horário correto, para que seja cumprida a

disciplina proposta no curso da execução penal.

AÇÃO EFICIENTE

“Percebemos a necessidade dessa ação aqui em Caxias. Os equipamentos estão sendo usados por presos que estão em cumprimento de pena fora das unidades prisionais, de maneira a monitorar com mais rigor”, disse a juíza da 5ª vara, Marcela Lobo.

O equipamento é composto de dois chips de comunicação adaptados para viabilizar um sistema de GPS, que tem monitoramento via satélite em São Luís.

Já estão com o aparelho 20 presos, incluindo aqueles que cometeram violência doméstica, denunciadas pela Secretaria da Mulher, por meio do Cream.